

Apresentação

Dossiê: As religiões na Amazônia

A Amazônia tem muito a dizer sobre o Brasil. Não raro, autores de diversos matizes ideológicos e de distintos campos do saber têm sugerido que nesse território se engendra uma espécie de síntese cultural surpreendente, capaz de revelar as ambiguidades da modernidade brasileira. Absorvido como consenso, o discurso do esquecimento pelo Estado nação e pelo mundo se desdobrou em explicações de todo tipo para o desenvolvimento regional tardio, amalgamando diferentes perspectivas coloniais e fortalecendo estereótipos que, apenas com muito esforço, começam hoje a ser desmontados.

Inventada pelo Brasil, “que propôs para ela a sua própria imagem”, a Amazônia e seus povos se desfazem aos poucos dos imaginários estrangeiros e midiáticos, que a reduziram a florestas e tribos indígenas. Nela, grandes cidades – intelectualmente pujantes e economicamente desiguais – convivem com pequenos lugarejos que apenas muito lentamente vão deixando tradições e modos de vida secularmente alicerçados sobre os saberes nativos. Dos interiores às capitais, o perfil das populações se transforma com a mesma rapidez com que se alteram as paisagens, sinais evidentes do avanço da mentalidade capitalista e dos fenômenos de pluralização das identidades, característico desses nossos tempos de globalização.

Nesse contexto, a filiação e o comportamento religioso – antes tidos como sincréticos, mas estáveis – também têm se modificado rapidamente. Já não se pode mais dizer, como há aproximadamente meio século, que o homem amazônico seja católico, tendo em vista o avanço dos evangélicos (inclusive entre os índios) e a emergência de novos movimentos religiosos, que extraem suas forças dos ingredientes e mistérios das matas. Caminhando em diversos sentidos, esse movimento de pluralização do campo religioso amazônico ainda precisa ser mais investigado e o sucesso desta empreitada depende de esforços coletivos de pesquisa, capazes de articular interpretações mais globais com estudos monográficos construídos a partir de diferentes disciplinas. Para além dos estudos já clássicos de renomados pesquisadores que descortinam a realidade social das

religiões na Amazônia, percebemos a carência de pesquisas que nos permitam compreender mais profundamente as peculiaridades religiosas da região Norte do Brasil.

O material reunido nesse dossiê oferece uma mostra relativamente expressiva do que se têm pesquisado na Amazônia e sobre a Amazônia quando se trata de religião. Mas sinaliza também alguns problemas que precisam ser enfrentados nos próximos anos, tendo em vista a consolidação dos estudos da religião nesse outro território, tão diferente do centro-sul do Brasil e tão rico em temas e possibilidades de pesquisa. De modo geral, a carência de programas de pós-graduação e de grupos interinstitucionais de trabalho fez com que as análises, ao mesmo tempo, partissem de e convergissem para um determinado estado – o Pará – tomado às vezes como mostra representativa do que existe em toda uma enorme região. Nesse sentido, interiorizar os centros de pesquisa e documentação nos parece tão fundamental quanto descentralizar objetos e produzir novos recortes, capazes de revelar uma Amazônia ainda mais diversificada e plural. Os contrastes entre as tradições e as modernidades, assim como assuntos relacionados às fronteiras (entre o humano e natural, entre o nosso país e a América Latina, entre o central e o periférico) merecem ser melhor explorados. Por outro lado, parece urgente rever (e não abandonar) uma sociologia, uma antropologia e uma história do catolicismo, que continua expressivo também na Amazônia e que aparece no conjunto de textos aqui reunidos como uma ausência que precisa ser notada e refletida.

Parte do que a leitura conjunta dos trabalhos publicados nesse dossiê nos revela, já é apontado por Raymundo Heraldo Maués na entrevista que nos concedeu e na qual nos propúnhamos exatamente a construir um balanço sobre os estudos da religião na Amazônia. O resultado do diálogo de dois jovens pesquisadores com esse experiente intérprete do campo religioso amazônico é uma lúcida e agradável recapitulação da trajetória desse pesquisador (cujos primeiros textos foram publicados ainda nos anos 1960), pontuada por indicativos do que tem sido feito há duas ou três gerações por historiadores e cientistas sociais da religião, bem como do que ainda precisa ser revisto ou melhor analisado. Quase como respostas às considerações de Maués, os trabalhos que compõem o dossiê se debruçam sobre objetos novos e não convencionais, utilizando-se de fontes ainda inexploradas e de referenciais teóricos bastante atuais.

Josias da Costa Júnior, analisa a “religião como tema central” no conto “Acauã”, do escritor naturalista paraense Inglês de Sousa. Entremeando elementos da história intelectual e de análise literária, o autor nos propõe uma apreensão sobre a centralidade do sagrado em uma obra que pode ser vista como “um verdadeiro acervo da vida amazônica” na segunda metade do século XIX e que nos permite conhecer “a linguagem regional, as festas, as condições de vida das populações ribeirinhas, a tipicidade das casas e, principalmente a religião” em suas “diferentes formas de expressão”. Nas fissuras entre o oficial e o popular, o estabelecido pela Igreja e a crença no universo mágico-religioso dos seres encantados da floresta, está o pássaro, tomado pela cultura local como prenúncio de “acontecimentos tenebrosos e misteriosos, acentuadamente negativos”. Daí nascem também os diálogos possíveis entre a ficção e a vida real dos “caboclos” da região.

Por outros caminhos, mas com igual acuidade, Gustavo Soldati Reis analisa, a partir das considerações de Michel de Certeau, o jogo que se estabelece “entre o oral e o escrito” nas “missões evangélicas junto aos povos indígenas”. Na realidade o artigo trata dos passos iniciais de uma pesquisa que busca avaliar “os possíveis impactos das múltiplas escrituras que chegam a grupos étnicos indígenas, via projetos missionários cristãos” – algo que atravessa de forma intensa as sociedades amazônicas desde de, pelo menos, a primeira metade do século XX. Para Reis as ações e perspectivas discursivas da Missão Evangélica aos Índios do Brasil (MEIB), fundada nos anos 1960, reabilitam a Bíblia como texto fundante para a reorganização de sentido dos povos a serem evangelizados. Isso implicou, por sua vez, num choque entre as tradições orais indígenas e a ação escriturística desses grupos que se muniram das “escrituras (decerto a oralidade das pregações missionárias depende dessa escritura)” como “um importante veículo, via missões, para combater o que se considerava a fluidez, as idiossincrasias e as ambiguidades das culturas orais subalternizadas”. Por outro lado, o texto também procura “mostrar como os próprios indígenas reinventam, com seus jogos táticos, os discursos missionários, reposicionando suas oralidades diante da apropriação de uma escrita que, inicialmente, não lhes pertence”.

O mesmo esforço conceitual também é desprendido por Emerson Sena da Silveira e Dayana Dar’c e Silva da Silveira no artigo intitulado “Entre a bricolagem moderna e o hibridismo pós-colonial: um caso de religiosidade amazônica”. Partindo de observações e entrevistas, os autores analisam o caso de Dona Rosa,

“uma senhora de 84 anos”, conhecida na região de Colares (nordeste do Pará), “por seu vasto conhecimento acerca dos remédios, (...) por ter sido parteira” e por aqueles que a buscam pelos “trabalhos espirituais” que realiza. Afirmando-se católica, devota de Nossa Senhora da Conceição e participante do Apostolado do Coração de Jesus, ela também “prepara remédios para doenças naturais e espirituais: são banhos, garrafadas, chás, xaropes e emplastos, passes, jogos de cartas, mesa branca e benzeções”. Mesmo disposta a narrar sua trajetória, Dona Rosa mantém segredos sobre as práticas religiosas de outros tempos, das quais evita dar detalhes, “mesmo após insistentes indagações”. A hipótese “é a de que a anciã amazônica participou de pajelanças, candomblés e outros”. Isso, porém, não ocorreu por meio de uma estratégia deliberada, característica da reflexividade moderna, de selecionar e compor, a partir de diferentes referenciais e pertencas, uma identidade fluida e multifacetada. Ao contrário, o que o texto supõe é que “na Amazônia, os processos de dominação parecem ter resultado em casos como o de Dona Rosa, em que todo e parte estão articulados, mas tensos, com elementos justapostos e outros em fusão. De fato, duas lógicas parecem operar: a lógica do consenso e da soma (orientada para a bricolagem) e a lógica da separação e distinção (orientada para o hibridismo)”.

Discutindo mais profundamente a presença das religiões de matriz africana na Amazônia, Marcelo Simão Mercante tece uma importante análise da Barquinha, buscando compreender em que medida se trata de uma “religião ayahuasqueira, afro-brasileira ou afro-amazônica”. Em uma proposta desviante daqueles estudos que põem “uma ênfase maior no papel (e nos efeitos) do chá dentro do ritual”, o pesquisador caracteriza a Barquinha da Madrinha Francisca Gabriel (Centro Espírita Obras de Caridade Príncipe Espadarte), localizada em Rio Branco (Acre), dentro do referencial afro-amazônico. Analisando salmos, rituais, espaços de culto, festas e depoimentos, Mercante aponta como em diferentes espaços e ocasiões, mudam as influências da matriz europeia, negra e indígena – todas elas fundidas de alguma forma nessa religião e expressas durante os ritos. Merece destaque a consideração de que na Barquinha há, portanto, “uma cosmologia em constante movimento”, ainda que não se deva desconsiderar que “ela está firmemente apoiada por um material simbólico num primeiro plano e doutrinário e prático num outro, que a interpreta, molda e encaixa dentro de parâmetros bem definidos”.

Por fim, o texto de Daniela Cordovil e Dannyel Teles de Castro – intitulado “Urbe, tribos e deuses”, explora de maneira bastante interessante a emergência do neopaganismo no espaço público em Belém”. A partir da presença desses grupos em bosques, jardins e praças da capital do Pará, os pesquisadores traçam o quadro atual das religiões neopagãs na cidade, o que compreende grupos que retomam diversas tradições – o Druidismo, o Odinismo e a Wicca, por exemplo. “Em um contexto urbano cujo *ethos* religioso é fincado, sobretudo, no cristianismo, o Neopaganismo se apresenta como uma alternativa às religiões tradicionais, com visões de mundo que se distanciam dos paradigmas ocidentais respaldados pelas grandes instituições religiosas, como relação harmoniosa com a natureza, reconhecimento de um sagrado feminino, busca pelo autoconhecimento”, constata os autores. Reunidos em pequenas comunidades, de “sociabilidade afetiva” os adeptos dessas religiões têm, em Belém, perfil semelhante ao apontado por pesquisas realizadas em outros centros urbanos: “é visível a maior frequência de jovens abaixo dos 30 anos”, quase todos com “grande acesso à leitura e alta escolaridade” e economicamente estáveis (classe média), “o que é compreensível pois uma das principais formas de reprodução da religião é por meio de livros e internet”.

Uma questão importante proposta por Cordovil e Castro é que “a construção destes novos pertencimentos religiosos no espaço urbano tem também consequências para a maneira como a cidade percebe o pluralismo religioso e como essas religiões se mostram no espaço público”. O mesmo parece valer também para os espaços não-urbanos, de mata e floresta, o que, de forma geral, remete aos assuntos abordados em todos os textos do dossiê. Desvelar pluralidade religiosa na Amazônia têm, também (e não em segundo plano), uma função social que se desdobra na afirmação da diversidade como algo positivo e no combate a todo tipo de fundamentalismo e intolerância. Se, de fato, a Amazônia, tem muito a dizer sobre o Brasil, que nos ajude então a narrar um país que vive hoje um processo de reinvenção social, cultural e religiosa.

Os organizadores do dossiê,

Diego Omar da Silveira

Marcos Vinicius de Freitas Reis